

NÚCLEO NORTE DE MINAS GERAIS

Articulação Vazanteiros em Movimento

2



PROJETO
CONFLITOS SOCIAIS E
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO
BRASIL CENTRAL

Boletim Informativo - Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central

Articulação Vazanteiros em Movimento

EXPEDIENTE

Periodicidade: irregular;
Idioma: Português

EDITORIAL

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA – PNCSA

COORDENAÇÃO GERAL

Alfredo Wagner Berno de Almeida – PNCSA/UEA
Helciane de Fátima Abreu Araújo – PPGCSPA /UEMA
Carmen Lúcia Silva Lima – PNCSA/UFPI
Franklin Plessmann de Carvalho – PNCSA/UFRRB
Jurandir Santos de Novaes – PPGCSPA /UEMA

EQUIPE DA PESQUISA

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula – PPGDS / Unimontes
Felisa Caçado Anaya – PPGDS / Unimontes
Ana Paula Glinfskoi Thé – PPGDS / Unimontes
Cláudia Luz de Oliveira – NIISA/Unimontes
Rômulo Soares Barbosa – PPGDS / Unimontes
Cássio Alexandre da Silva – PPGEO / Unimontes
Carlos Alberto Dayrell – PPGDS / Unimontes
Lilian Maria Santos – PPGDS / Unimontes
Sérgio Leandro Sousa Neves – PPGDS / Unimontes
Adinei Almeida Crisóstomo – PNCSA / Unimontes
Ana Flávia Rocha de Araújo – PPGDS / Unimontes
Dayana Martins Silveira – CPDA/UFRRJ
Júlia Veloso dos Santos – UFMG / Unimontes
Matheus Vinícius Ferreira – Grad. Geografia - PNCSA / Unimontes
Igor Luan Souza Silva – Grad. Ciências Sociais – Unimontes
João Marcos Silva Moura – Grad. Ciências Sociais / Unimontes

COLABORADORES

Alisson Fonseca – CAA / NM
Álvaro Carrara – CAA / NM

ELABORAÇÃO DO MAPA / CARTOGRAFIA

Matheus Vinícius Ferreira – PNCSA / Unimontes
Sérgio Leandro Sousa Neves – PPGDS / Unimontes
Adinei Almeida Crisóstomo – PNCSA / Unimontes

FOTOGRAFIAS

Equipe Projeto Brasil Central - Núcleo Minas Gerais.

PROJETO GRÁFICO/CAPA

Marcela Costa de Souza

CONTATO

Divulgação: UEA Edições/PNCSA

Endereço: Av. Leonardo Malcher, 1728, 6º andar – UEA/ESAT 69010-170 – Centro – Manaus, AM

Contato: pncaa.uea@gmail.com

BOLETIM INFORMATIVO - CONFLITOS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL CENTRAL – Nº 2/ 2019

A coleção Conflitos Sociais e desenvolvimento sustentável no Brasil Central compreende um conjunto de trabalhos, que registram as mobilizações de movimentos sociais concernentes à comunidades e povos tradicionais e que se articulam em uma multiplicidade de formas político-organizativas voltadas para lutas de reconhecimento e de redistribuição. Refletem não somente a diversidade social e a gama de pontos de vista e suas respectivas práticas, mas sobretudo situações de conflito e conhecimentos intrínsecos aos processos reais e às realidades localizadas.

Realização:

- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS
- Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental – NIISA
- Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Migrações e Comunidades Tradicionais do rio São Francisco – OPARÁ / MUTUM.

Coordenação:

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula – PPGDS / Unimontes
Felisa Caçado Anaya – PPGDS / Unimontes

Edição / Organização:

Adinei Almeida Crisóstomo – PNCSA / Unimontes.
Andréa Maria Narciso Rocha de Paula – PPGDS / Unimontes.
Felisa Caçado Anaya – PPGDS / Unimontes.

Parceiros:

- Vazanteiros em Movimento.
- Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais
- Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais – CAA / NM.
- Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território - PPGSAT / UFMG- Unimontes.
- Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO / Unimontes.
- Comissão Pastoral da Terra – CPT.
- Projeto Dinâmicas do São Francisco - NIISA / Unimontes.

Equipe de Coleta de Pontos de GPS:

Diocleciano Pereira dos Santos – Natalino da Silva – José Antônio da Silva – Cícero Ferreira de Lima – Davi Rodrigues dos Santos – José Carlos Farias Souza – Zezinho Laurêncio de Lima

Participantes das Oficinas:

Juraci Rosa da Silva – Diocleciano Pereira dos Santos – Manoel da Conceição Neto – Antônio

Fernandes de Sousa - Genival Nunes dos Santos – Virgílio José de Souza – João Batista Barbosa – José dos Santos Neves – Marciano Neves Santana – José Carlos Farias Souza – Maria Zilah de Mattos – Davi Rodrigues dos Santos – Cícero Ferreira de Lima – Anatalia Pereira de Santana – Lideon Francisco Santos – Tais Rodrigues dos Reis – Enir Rodrigues dos Reis – Maria Aparecida Teixeira Gomes – Carmina de Oliveira Alkmim – Vilson Lourenço da Silva – José Baltino Neves Ferreira – Samuel Caetano – Valdeci Neves Vieira – Francisco Rodrigues Porto – Antônio Firmino de Sousa

Comunidades Participantes:

Quilombolas e Vazanteiros de Primavera - Quilombolas e Vazanteiros de Espinho - Quilombolas e Vazanteiros da Lapinha - Quilombolas e Vazanteiros de Praia - Vazanteiros de Pau Preto – Vazanteiros de Pau de Légua - Vazanteiros da Ilha do Retiro - Vazanteiros da Ilha da Barra - Vazanteiros da Ilha da Maria Preta - Vazanteiros da Ilha da Malhadinha - Vazanteiros da Ilha da Ingazeira - Vazanteiros da Manga Velha Vazanteiros de Itacarambi - Vazanteiros do Bebedouro

Equipe de Construção do Croqui da Articulação:

Davi Rodrigues dos Santos - Genival Nunes dos Santos

Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS

Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro – Prédio 03.

Endereço: Av. Rui Braga, S/N - Vila Mauriceia, Montes Claros - MG, 39401-089.

Telefones: (38) 3229-8149/8050

FICHA CATALOGRÁFICA

B748 Boletim Informativo - Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central / Articulação de Vazanteiros em Movimentos – N. 02 (jul. 2019) / Coordenação da pesquisa: Andréa Maria Narciso Rocha de Paula e Felisa Caçado Anaya –. – Manaus: UEA Edições/ PNCSA, 2019.

Irregular

Coordenação do PNCSA: Alfredo Wagner Berno de Almeida (NCSA/CESTU/UEA, CNPq) e Rosa Elizabeth Acevedo Marin (UFPA-NAEA/PNCSA)

ISSN: 2674-7413

1. Indígenas. 2. Territorialidade. 3. Conflitos sociais I. Título. II. de Paula, Andréa Maria Narciso Rocha.

CDU 39:528.9

(Elaborada por: Rosiane Pereira Lima - CRB 11/963)



Vazanteiros em Movimento

As comunidades tradicionais vazanteiras, localizadas na porção média do rio São Francisco, Norte de Minas Gerais, são também conhecidas como “gentes do rio”, em referência às relações identitárias construídas com o ir e vir do “velho chico”; e como “povos das águas e terras crescentes”, devido a mobilidade constante das ilhas, que crescem ora em um lugar, ora em outro, fazendo com que o território vazanteiro se reconstitua permanentemente.

A fluidez do ambiente coaduna com o caráter relacional da identidade dos diversos grupos, que se autoidentificam enquanto vazanteiros; vazanteiros e quilombolas; ou ainda como, vazanteiros, quilombolas e pescadores. É comum dizerem que “todo vazanteiro pesca e todo pescador tem sua vazante”.

Desenvolvem, de forma comunal, atividades de agricultura de vazante e sequeiro, nas ilhas e terra-firme; pesca no rio e nas lagoas marginais; criação de animais nas ilhas e áreas de solta e extrativismo na mata seca e caatinga.

A tradição das vazantes, ressaltada por estes povos como elemento que os distingue dos demais, vem do encontro de suas heranças indígena, negra e nordestina. Manejar vazantes é motivo de orgulho para os vazanteiros, saber e tecnologia própria, que dominam, compartilham e repassam por gerações.

O processo de perda do domínio territorial dos grupos vazanteiros se iniciou na década de 1960/70 com subsídios públicos voltados para a modernização do campo, transformando a paisagem e a organização social norte mineira. O resultado foi à transformação de fazendas em empresas rurais agropecuárias e a implementação de perímetros irrigados para monocultura com vistas ao mercado externo; assim como, a expropriação, a grilagem de terras devolutas e público, desmatamento e o confinamento dos vazanteiros nas ilhas e margens do rio São Francisco.

A resistência pela manutenção de seus territórios tradicionais foi se transformando no campo político e da ação coletiva, através do movimento dos “encurralados pelos parques”, iniciado em meados dos anos 2000, com a criação de áreas protegidas compensatórias ao projeto de fruticultura irrigada Jaíba em áreas de Matas Secas. Processo que intensificou os conflitos territoriais já existentes.

Neste contexto, diversos grupos vazanteiros foram se articulando e denunciando as restrições de acesso e uso de seus territórios, por um modelo de desenvolvimento injusto e insustentável, decorrente do avanço de grandes empreendimentos agropecuários e áreas protegidas sobre seus territórios.

De “encurralados pelos parques” se resignificaram nos “vazanteiros em movimento”, buscando reconhecimento identitário e a regularização fundiária de suas terras tradicionalmente ocupadas, através de um diálogo permanente, junto aos órgãos públicos do campo ambiental, da reforma agrária, dos direitos humanos e do Patrimônio da União. Suas lutas vêm apontando de forma criativa projetos alternativos de sustentabilidade e conservação da natureza, associados às suas tradições locais e visão de mundo.



Oficinas – Boletim Informativo
Fonte: Acervo Projeto Brasil Central – Núcleo MG

“O início da Luta”

“ Para nós, todos os Vazanteiros da região, o principal problema nosso, é o estado, através do IEF (Instituto Estadual de Florestas), porque nós já morávamos nessas áreas... Eles (o estado) pegaram para poder compensar o projeto Jaíba e não querem aceitar que a gente fique nem nos parques e nem nas APAs (Áreas de Proteção Ambiental), aí cria esse clima, eles não querem que a gente more e nem continue nessas áreas, porque são áreas de preservação e aí eles ficam sempre perturbando a agente e tem fazendeiro dentro, é até complicado, porque têm fazendeiros também nessas áreas, depois do ano de 1979 pra cá, eles conseguiram comprar umas terras, sem documentos”.

“ Hoje nós estamos numa situação difícil, por isso tivemos que criar a Articulação Vazanteiros em Movimento. Buscamos outras articulações de apoio e algumas entidades parceiras para poder ajudar a gente para dar força nessa luta que envolve os Vazanteiros, Pescadores, Quilombolas e Indígenas também”.

“ Criamos assim a Articulação Vazanteiros em Movimento... nessa região onde tiver um conflito no momento, você tem que acudir e reunir todo mundo”.

Cícero Ferreira de Lima
Comunidade: Ilha da Maria Preta



Davi Rodrigues dos Santos

Fonte: Acervo Projeto Brasil Central – Núcleo MG

“ Em relação à luta das comunidades, a gente se uniu muito, no decorrer dos tempos a gente busca mais unir com as comunidades, porque a união que temos com as comunidades, é que a gente procura saber as informações, a gente aprende a buscar informação daquilo que a gente não sabe, a gente aproximou muito das outras comunidades pra poder ter uma relação de busca por conhecimento e permanecer na luta pelo território”.

Davi Rodrigues
Comunidade: Pau Preto



Cícero Ferreira de Lima

Fonte: Acervo Projeto Brasil Central – Núcleo MG

“ A Articulação foi criada nessa situação, para poder a gente se agrupar e ter forças e mobilizar os outros municípios, como Matias Cardoso, Manga e Itacarambi. Começamos a conversar com algumas pessoas de Pedra de Maria da Cruz sobre a criação da Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais, foi a maneira da gente se agrupar para adquirir força e resistência para lutar contra o estado”.

Cícero Ferreira de Lima
Comunidade: Ilha da Maria Preta

“ A articulação surgiu por causa dos encontros que a gente foi fazendo, porque a gente trabalha todo mundo na mesma margem do rio São Francisco, aí foram juntando às associações, as comunidades, as entidades e foi formando um grupo e aí que deu os Vazanteiros em Movimento, surgiu desde 2005 pra cá, que a gente começou a se reunir, pra poder chegar onde estamos agora”...

Davi Rodrigues
Comunidade: Pau Preto



Oficina – Boletim Informativo / Construção do Croqui
Fonte: Acervo Projeto Brasil Central – Núcleo MG

“ Sobre a articulação, a gente sentiu essa necessidade dessa união dos povos, de não fazer uma coisa individual, porque nós somos tudo isso, uma pessoa só pode viver do extrativismo, ele é pescador, ele é vazanteiro, é catingueiro. Foi muito bom essa união dos povos, para que cada um se enxergue naquilo que ele é, por exemplo, se eu sou vazanteiro, eu sou também quilombola, eu planto nas vazantes e me reconheço como os dois, porque eu sou remanescente quilombola, mas também sou pescador, também sou vazanteiro, então foi importante colocar todo mundo numa luta só”.

Genival Nunes dos Santos
Comunidade: Quilombo da Praia



Genival Nunes dos Santos
Fonte: Acervo Projeto Brasil Central – Núcleo MG

“ A comunidade de Pau Preto começou a participar da Articulação em 2010. Essas Articulações têm trazido muitas esperanças, a articulação *Vazanteiros em Movimento*, a *Articulação Rosalino*, que também são povos e comunidades tradicionais. E com essas pesquisas, e mesmo assim, a gente tem o conhecimento de que as pesquisas mostram, os pesquisadores vêm e nos mostram os resultados e eles (o estado) encrencam em dizer que nós não temos o direito. Já temos conquistas com os direitos de povos e comunidades tradicionais. Hoje nós temos dois territórios que receberam o certificado de povos e comunidades tradicionais... Temos uma certeza que está andando, através do NIISA da Unimontes, do CAA, da CPT, que tem nos dado muitas informações, levam as pesquisas, devolve pra gente, a gente tem esse conhecimento”...

José Alagoano
Comunidade: Pau Preto



José Alagoano
Fonte: Acervo Projeto Brasil Central – Núcleo MG

Vazanteiros em Movimento

A apropriação material e simbólica do território vazanteiro é marcada por um regime agrário, coletivo e familiar, sustentado por um conjunto de regras e valores consuetudinários, correspondente às diversas modalidades de apropriação dos recursos naturais incluídos na categoria jurídica de “terras tradicionalmente ocupadas”, presente na Constituição Brasileira de 1988.

Tal regime é marcado pela centralidade do rio na cosmovisão e na territorialidade vazanteira que se traduzem na relação que estes grupos mantêm com a natureza e na forma como se organizam socialmente. Tal relação se constitui a partir de um sistema específico de regras sociais e de comportamento, baseadas em normas de caráter consensual e costumes. Regras que fazem parte de uma ética própria vazanteira de acesso a terra que se opõem aos direitos de propriedade individual e privada gerados pelo dinheiro. Mas que se assenta no princípio do direito de uso da terra gerado pelo trabalho, e pela sua apropriação familiar e coletiva.

Historicamente, tais regras fazem parte de um “sistema de direitos combinados”, com depoimentos que remetem a um período anterior à década de 1930, no qual “chegantes” nordestinos, que migravam em busca de melhores condições de vida, foram sendo incorporados aos grupos vazanteiros e se adequando ao “sistema do lugar”. Assim, as relações de solidariedade que organizam a sociabilidade e reciprocidade vazanteira, constituem um sistema aberto que permite a inclusão de famílias “de fora”, desde que concordem com o sistema dos “de dentro”. Ou seja, desde que compartilhem o modo de vida, a cultura e as regras sociais colocadas pelo grupo. Nesta perspectiva o *acolhimento* é um princípio da ordem moral e da organização social entre as comunidades tradicionais vazanteiras do médio São Francisco.

“As Comunidades, o Rio São Francisco e suas Histórias...”



Rio São Francisco

Fonte: Acervo Projeto Brasil Central – Núcleo MG

“ Então nesse território da Maria Preta que a gente mora aqui na beira do rio e para sair, para trabalhar fora, nunca sai, toda vida a gente trabalhou por aqui mesmo... Hoje a gente trabalha na Ilha... Depois com esse problema com o IEF a gente está tentando resgatar o território... Hoje eu trabalho na Ilha, a família minha é daqui (Itacarambi), minha mulher é daqui, tenho cinco filhos, duas estão morando em São Paulo e os outros moram aqui mesmo, tem duas casadas, tenho uma filha que trabalha lá em shopping e a outra é casada e continuou lá... E os outros trabalham aqui... Um está aqui trabalhando comigo na roça”...

Cícero Ferreira

Comunidade: Ilha da Maria Preta

“ Porque lá é assim uma área que é passada de pai para filho, de pai para neto, de neto para tataraneto e assim por diante”...

Nós não chegamos e invadimos, que uma área que não tinha documentação, ela pertence à união e então nós estamos lá até hoje! Agora de 2005 pra cá o governo comprou, o IEF tomou conta, em 2007 não era pra ter ninguém lá, mas como eles (o estado) não conseguiram tirar a gente de lá, que falaram que não tinha ninguém que morava ali, aí nos fomos provar para gerente (do Parque Mata Seca) como tinha gente ali, aí nós fomos para Manga, na época a gente já tinha associação, em 2005 criou a associação, quando chegamos lá nós estávamos com umas cinquenta pessoas na porta do fórum... Na hora (da audiência) que a juíza chamou o presidente da associação e o gerente da fazenda. Aí ele reconheceu que lá tinha gente e tem até umas sessenta e sete famílias que moram lá (Pau de Légua) e nós estamos na luta!”

Diocleciano Pereira dos Santos

Comunidade: Pau de Légua.



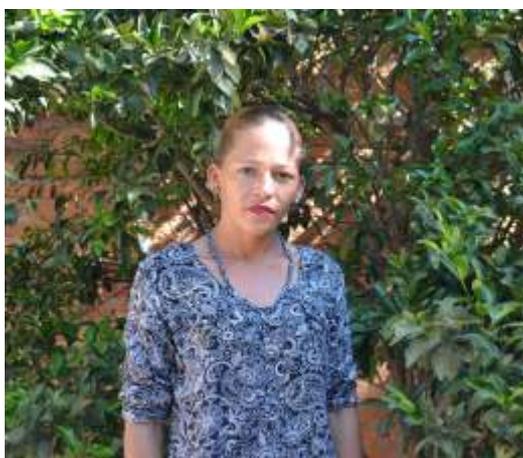
Fonte: Acervo Projeto Brasil Central – Núcleo MG



Fonte: Acervo Projeto Brasil Central – Núcleo MG



Davi Rodrigues
Fonte: Acervo Projeto Brasil Central –
Núcleo MG



Luísa
Fonte: Acervo Projeto Brasil Central –
Núcleo MG



Fonte: Acervo Projeto Brasil Central –
Núcleo MG

“ Eu moro na comunidade de Pau Preto e trabalho na roça, sou pescador profissional, trabalho no rio com a pesca no São Francisco, crio meus animais, umas cabeças de gado, minhas galinhas, porcos, eu vivo da roça e do rio, do que a gente produz na roça. A importância da vizinhança que a gente tem no rio Verde, e temos uma ligação muito forte com eles, porque fomos nascidos e criados juntos, a gente trabalha na comunidade deles também desde criança, é trabalhar na roça, é mexer com gado, de tudo a gente faz um pouco, plantamos nas vazantes, na verdade eu nasci e me criei lá, porque a minha mãe trabalhava na fazenda Catelda, e já mexia na roça, onde a gente mora hoje, que é em Pau Preto, quando eu nasci, fomos morar numa casa da fazenda. Daí para cá, eu nunca saí de lá. Eu já recebi várias proposta de sair pra fora, pra estudar, pra poder trabalhar fora, mas eu nunca quis, porque o que eu tenho lá hoje, pra minha sobrevivência, eu acho que dá pra ir sobrevivendo. De tudo a gente mexe um pouquinho, é no rio, é no campo, é na pesca, na criação. Eu gosto de viver é em contato com a natureza”...

Davi Rodrigues
Comunidade: Pau Preto

“ Moro na Comunidade de Pau Preto, lá eu nasci e praticamente me criei. Cheguei à Ilha da Ressaca com quatro anos, eu me lembro da minha infância quase toda lá. Passado uns dois anos, nós fomos para Brasília, chegando lá nós voltamos de novo, porque nós adoecemos, porque lá não tínhamos condições de morar na cidade, aí nós voltamos com um mês e quinze dias e passamos a morar no Pau Preto. Lá em Pau Preto eu cresci, criei família, eu tenho marido, tenho três filhos”...

“ Eu teço rede, eu faço rede de pesca e as mulheres lá também, à maioria é tecedora de rede, tem carteira de pescadora profissional. Eu não tenho, porque eu não quero tirar e porque eu trabalho na escola, sou servçal... Meus meninos estudam lá também... Eu conheço muitas pessoas que tiram o sustento de lá, eu mesmo, eu tiro abóbora, milho, feijão, eu tiro da minha roça e eu conheço várias mulheres que tiram o sustento da lavoura”...

“ Todas as reuniões eu cobro mais a participação das mulheres, eu chamo, o que falta na comunidade é a presença das mulheres, eu mesmo que sou de lá, eu mesmo cobro. Não pode ter vergonha, tem que levantar a cabeça e erguer”.

“ De primeiro eu não entendia, porque os homens saiam para reuniões, hoje eu entendo que quando eles saem para alguma reunião, eles estão buscando uma melhoria para nossa comunidade, vai tentar melhorar e vai buscar cada dia mais”.

Luísa
Comunidade: Pau Preto



Fonte: Acervo Projeto Brasil Central – Núcleo MG

“ Eu nasci nessa região, meu avô era criador de bode nessa região da fazenda Casa Grande, naquela época o pessoal não era de fazer cerca, ele usava muito era fazer piquete só para marcar um dos outros, criava os bichos no coletivo, não era igual hoje que é tudo cercado, antigamente não tinha isso. Eu e meu irmão nascemos nessa fazenda e dali os fazendeiros foram expulsando, foram cercando, foi diminuído as terras e não tinha mais como criar bode, não tinha como criar uma vaquinha, aí surgiu essa ilha, que chama ilha da Ressaca, foi onde ele foi preparando a terra e não teve jeito, teve que mudar para a ilha da Ressaca. Hoje os fazendeiros não tem documento nenhum dessas terras. Mudamos para a ilha e me criei na ilha da Ressaca, hoje eu tenho quarenta e cinco anos, criado lá dentro, meu avô morreu com noventa e quatro anos e a minha vida é lá dentro, trabalho lá e vivo no Quilombo da Lapinha, por isso eu disse, nós somos quilombolas/vazanteiros, porque eu venho da ilha, quilombola, na ilha é onde eu trabalho, o lameiro, e estou lá até hoje”...

Manoel da Conceição Neto
Comunidade: Quilombo da Lapinha



Manoel da Conceição

Fonte: Acervo Projeto Brasil Central –
Núcleo MG

“ Tenho prazer de ser reconhecido como Comunidade Vazanteira Tradicional... Tem uma história que eu sempre conto que foi nos anos 1949 que meu pai chegou aqui em Minas Gerais, que meu pai é alagoano e minha mãe era baiana, então eu fazendo uma pergunta para ele com uns doze anos: ô pai, mas porque o senhor veio assim de tão longe para cá? (Resposta): ô meu filho eu vim correndo da fome! E de lá de Alagoas pra cá, foi o único lugar que eu cheguei que eu plantei um pé de feijão, que com sessenta dias eu já comia, sem eu molhar e sem precisar da chuva, foi aqui na margem do São Francisco”.

“ Então, por isso é que temos essa luta pelo rio São Francisco, que é o “Chicão” que a gente fala. O São Francisco pra mim é tudo, é o sangue, é a vida, aquela água pra mim é o sangue que passa no meu coração. É tudo pra gente, é um filho, é um pai, é uma mãe, o único privilégio que temos no Norte de Minas é esse rio”.

José Alagoano
Comunidade: Pau Preto



Oficinas de Validação: Boletim Informativo

Fonte: Acervo Projeto Brasil Central –
Núcleo MG



Diocleciano (Seu Dió)

Fonte: Acervo Projeto Brasil Central – Núcleo MG



Virgílio José de Sousa

Fonte: Acervo Projeto Brasil Central – Núcleo MG

“ A tradição do pessoal que nasceu e criou na região era o espaço da caça, da pesca e da criação! Quando a gente se deu conta, a gente estava encurralado e então os fazendeiros já tinham tomado posse de tudo. Daí ouvimos dizer que as comunidades quilombolas tinham direitos. Foi então que começamos nesse movimento com os quilombolas, fizemos alguns trabalhos de demarcação com o INCRA e com a SPU”.

“ Antes trabalhávamos para os fazendeiros, como agregados, aí começaram a vir às leis e os direitos, então os fazendeiros disseram que queriam que a gente trabalhasse de dia e que de noite fossemos embora”.

“ Os mais antigos dizem que a família que vinha do nordeste, ia para São Paulo a pé, meus bisavôs, meus pais, aí paravam naquela fazenda e todo mundo era jovem. Começaram então a trabalhar, tinha muito serviço naquele tempo, chovia bastante, então eles começaram a trabalhar, aí eu nasci nessa fazenda, me criei, casei e vivo até hoje”.

João Batista
Comunidade: Ilha da Malhadinha

“ O rio São Francisco pra mim representa muita coisa, porque é de lá que eu tiro o meu sustento, eu bebo a água, eu pego o peixe, eu planto na vazante na beira quando ele enche, eu planto batata e eu planto o feijão, para eu me alimentar e dar meus filhos, então é muita coisa! Se não tivéssemos o rio São Francisco, como que nós podíamos viver? Tinha que vir água de fora, também não podia criar o arraial (a comunidade). Então tudo isso pra gente representa muita coisa! Alegria, você chega e está lá à lavoura de lá você desce para o rio e toma banho, você vê os passarinhos cantar! Pra mim é um prazer! O rio de primeiro (antigamente) era um jeito, hoje está de outro jeito. Hoje o rio está morto, morreu o rio, agora mesmo está todo soterrado de terra, as pedras estão todas de fora, e de primeiro nós não víamos isso, o rio tinha muita corrida, depois que fez as duas barragens, aí foi que acabou com tudo, acabou com a velocidade do rio, o rio está morto! Tinha muito peixe. Hoje quando você pega um peixe, você ri de tanta alegria! De primeiro a gente pegava a canoa cheia, hoje você está pegando canoa vazia, de primeiro você pescava no remo, hoje temos motor, você pega no remo, na hora de soltar a rede. Para melhorar essa situação Deus têm que mandar muita chuva, as chuvas hoje estão poucas.

Diocleciano Pereira dos Santos
Comunidade: Pau de Légua.

“ Pra mim, o Rio São Francisco é pai, é mãe, é irmão, é primo, é irmão gêmeo, pra mim é tudo, é minha vida, não existe no mundo alguém ter ciúme do rio mais do que eu, tanto do rio Japoré, como do rio São Francisco que foi onde eu criei, onde eu pesquei no rio São Francisco, é tudo! Lamento a covardia que o homem está fazendo com o rio São Francisco, que está matando a vida dele própria aos tiquinhos e a vida do rio também. A cada vez que você danifica um pedacinho, o que seja, uns vinte centímetros do rio, ele está abrindo uma enfermidade no corpo dele mesmo. Eu considero que o rio é tudo para a comunidade, para o município, para os estados e para o mundo, eu acho que o rio tinha que ser tratado melhor, ainda dá tempo, mas se continuar do jeito que vai, a meu ver, a perda é muito grande, nós não somos dele. Ele (o rio São Francisco) é dono nosso. Só que nós não estamos respeitando, é igual eu responder meu pai e minha mãe ou então bater neles, pra mim significa a mesma altura”.

Virgílio José de Souza
Comunidade: Quilombo de Espinho



Oficina – Boletim Informativo
Fonte: Acervo Projeto Brasil
Central – Núcleo MG

“ O rio São Francisco representa pra mim, uma coisa que a gente não sabe nem explicar, porque o rio São Francisco para mim é vida, porque sem água a gente não vive e se um dia o rio São Francisco chegar a secar, como vamos sobreviver? Então temos que buscar alternativas de melhorar o rio, pra nunca o deixar seca. A situação do rio hoje está muito crítica, em uns anos atrás, o rio era bastante fundo, tinha bastante água, hoje o rio está praticamente seco, em Manga, no porto da balsa, já dá pra atravessar de um lado para outro, com água dando na cintura, a balsa está rodeando um banco de areia que tem lá para poder atravessar os carros. Antigamente ele era bem fundo, quando eu conheci o rio São Francisco, ele era bem fundo, não era raso do jeito que está hoje, tinha enchentes todos os anos, que a gente mudava da roça para a cidade e de uns anos pra cá, não está tendo isso mais, as enchentes que tem, não para lavar as vazantes que são baixas pra poder plantar, antigamente lavava era tudo, terra alta com tudo”.

A relação com o rio Verde...

“ As comunidades que vivem na beira do rio Verde, que são nossos vizinhos, eu me lembro de que desde criança a gente tem essa relação, porque lá nós somos vizinhos, mas quem divide a área nossa é o rio Verde, do lado de lá é Bahia e do lado de cá é Minas, sempre desde criança meu pai pegava gente pra levar pra trabalhar lá no rio Verde, então as famílias que moraram lá a gente conhece como se fosse irmão mesmo, porque quando você chega lá, nos baianos, a casa está disponível à vontade, para dormir, para ficarem com eles. Eles recebem a gente como se fossemos da família mesmo, por isso a gente tem esse laço de amizade com eles e a gente sempre trabalhou junto com eles nas vazantes, nos plantios, na colheita de algodão”.

Davi Rodrigues dos Santos / Comunidade: Pau Preto

“ A história do Quilombo da Praia é uma história bastante interessante, porque até aí a gente não sabia dos nossos direitos, aí em virtude do nosso companheiro o Jesuítio, que já estava à frente de um trabalho no Quilombo da Lapinha, que foi um dos primeiros quilombos a ser contemplado, ele nos falou também que o Quilombo da Praia era originário de remanescentes de quilombo e fizemos a averiguação e foi constatado que a gente era realmente remanescente de quilombo. Foi aonde em 2003, foi feito um apanhado das comunidades dizendo que a gente tinha esse direito. Veio um antropólogo, o Aderval, andando nas comunidades, vendo os vestígios de que a gente era remanescente de quilombo mesmo. Lá estamos incluídos em cinco comunidades que são a comunidade de Praia, Ilha da Crumatá, Porto de Matias, Vereda e Cana Brava, daí originou esse quilombo, foi registrado entre os anos de 2005 e 2006. Em 2015, nós fizemos essa retomada que foi nessa fazenda que é Vila Bela, que é dos diários associados, nunca foi deles, nós sabíamos que eles tinham um terreno mais na frente e eles conseguiram chegar até a margem do rio, expulsando todos nós, inclusive a lagoa do encantado, que foi que começamos a fazer as primeiras telhas, os primeiros tijolos foram feitos lá, as telhas de coxa são aquelas que você amassa o barro e faz na coxa. Estamos lá desde 2015, voltamos para a região. Nessa lagoa do encantado, é onde nós tirávamos nosso sustento, que além dos primeiros tijolos e as telhas, todos os nossos sustentos eram tirados da humidade da lagoa, todo o nosso plantio de feijão, de abóbora, todo o nosso sustento foi tirado dali”.

“ Agora estamos sobre a ameaça de suposto gerente, que o dono a gente nunca teve reivindicação, mas o gerente está sempre nos ameaçando, amedrontando, o fato de deixar não trabalhar, isso não nos amedronta porque na verdade nós queremos é terra para trabalhar, a gente não está conseguindo ainda porque eles fizeram covardia, cortaram a energia, nós não temos energia, do lado do rio nós não conseguimos plantar porque não tem energia. Em 2015, quando nós entramos lá, eles tinham desativado vinte hectares de banana, foi quando a gente entrou e a energia existia, mas como eles tinham um contrato com a Cemig, eles deram um jeito e cortaram para não termos acesso à energia. Isso foi no começo de 2016, e estamos lá sofrendo, por falta de trabalhar porque não tem energia, não consegue usar a água do rio para poder fazer as lavouras porque sem energia não tem como, e estamos esperando que as coisas sejam resolvidas o mais breve possível”.

Genival Nunes dos Santos / Comunidade: Quilombo da Praia

Conflitos Ambientais Territoriais

As fronteiras em expansão no Norte de Minas, nas décadas de 1960/70, originou uma série de conflitos fundiários, via processo de implementação de políticas públicas de colonização e de desenvolvimento econômico voltados para a região.

Período constituído por denúncias de grilagem de terras e pela expropriação territorial de povos e comunidades tradicionais, em consequência da transformação de grandes fazendas em empresas rurais e da implementação de grandes projetos empresariais de irrigação, como o Jaíba, projeto que se tornou um dos principais mecanismos de exclusão das comunidades vazanteiras. A consequência foi o “encurralamento” destas comunidades nas ilhas e barrancos do rio São Francisco, intensificando a prática da vazante em detrimento do uso da terra-firme, convertendo ilhas e beira-rio em locais de trabalho e moradia.

Tal situação se agravou no final dos anos 1990 e meados dos anos 2000, com a criação e a operacionalização de Unidades de Proteção Integral (UPI) compensatórias ao projeto de Fruticultura Irrigada Jaíba, sobrepostas aos territórios tradicionais dos vazanteiros de Pau Preto, Pau de Légua, Ilha da Maria Preta e vazanteiros-quilombolas da Lapinha.

A articulação destes grupos os inseriu, no ano de 2005, a um processo de construção e de mobilização política, objetivado no “Movimento dos Encurralados pelos Parques”. Nesse processo, visibilizam-se como sujeitos de direitos e passam a serem reconhecidos como “cuidadores da natureza” mostrando que suas práticas de manejo de vazantes contribuem para a manutenção das lagoas e sobrevivência dos peixes de seus territórios.

Nesta luta foram incorporando outros grupos vazanteiros encurralados por grandes empreendimentos agropecuários, redefinindo suas maneiras de agir e de se apresentarem à sociedade, num processo que os moveu do lugar “de encurralados pelos parques” para o de “Vazanteiros em Movimento”. Utilizaram de várias estratégias em defesa de seus territórios como denúncias de extração ilegal de madeira, mortalidade de peixes e assoreamento das lagoas. Realizaram ações coletivas de ocupação e autodemarcação de territórios tradicionais, a exemplo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Arraial do Meio, em 2011, na comunidade vazanteira de Pau Preto. Entretanto, o processo que culminou na ressignificação de “Movimento dos Encurralados” para “Vazanteiros em Movimento” não implica inferir que esses grupos deixaram de ser encurralados, mas remete ao desenvolvimento de uma luta em que os grupos redefiniram maneiras de agir, de reivindicar e de se relacionar com o Estado, frente aos espaços instituídos pelo marco regulatório ambiental e agrário. O maior desafio tem sido a realização do ordenamento e demarcação das áreas de vazantes do rio São Francisco, consideradas terrenos marginais e Patrimônio da União. Reconhecendo-se, assim, a função socioambiental dos terrenos marginais e os direitos territoriais das comunidades tradicionais.



CARTA DA ILHA DA RESSACA

Nas vazanteiras do médio São Francisco entre Jaíba e Carinhanha vivendo nas ilhas, vazantes e margens do rio de integração nacional, vimos a público afirmar a nossa etnicidade vazanteira que contribui para a formação da nacionalidade brasileira em sua diversidade. Temos uma história cuja raiz remonta aos povos indígenas que aqui viveram antes da chegada dos brancos. Com a vinda dos negros que se acomodaram no interior do país e outras populações desclassificadas no período colonial-imperial, nossos antepassados instituíram um modo de vida ancorado na convivência com os ecossistemas safrancosanos - cerrado, caatinga, mata seca e floresta tropical úmida - no estabelecimento de relações de reciprocidade e solidariedade com os seres humanos, os seres do rio e matas.

Em nosso modo de vida construímos um sistema de produção que articula agricultura de vazante, sequeiro e lemeiro, caça, pesca, extrativismo e a criação de animais de pequeno e grande porte. Nesse sistema manejamos um conjunto de ambientes na terra firme, nas ilhas e no rio. Na terra firme, o extrativismo vegetal e animal, criação de animais na sova e agricultura de sequeiro e vazante e a pesca artesanal nas lagoas credoras. Nas ilhas, praticamos agricultura de vazante nos lemeiros, criação de pequenos animais e pesca nos baixios. E no rio, historicamente, realizamos a pesca. Temos como ética que norteia nossas relações a abertura para o chegada, ou seja, aqueles famílias que historicamente transitam pelos ambientes vazanteiros ao longo do rio São Francisco.

A nossa territorialidade inscreveu no espaço médio safrancosano múltiplas significações, diversos acontecimentos históricos que alimentam o nosso sentido de pertencimento a um lugar específico, onde se localizam nossas comunidades. O território de cada comunidade tradicional vazanteira se constitui no complexo lagoas-ortodoxas - terra firme - rio pequeno - ilha - rio grande - terra firme.

Reunidos na Ilha de Ressaca, município de Matias Cardoso/MG, para discutirmos nossa realidade, afirmamos a nossa especificidade étnica, élica e territorial.

Sabedores de nossos direitos, conferidos pela Convenção 169 da OIT, pelos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 e artigo 68 do ADCT, pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, pelo Decreto Federal 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que regulamenta a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, exigimos:

- o reconhecimento da anterioridade de direitos de domínio das comunidades quilombolas sobre os seus territórios;
- prioridade de concessão de uso das terras União nas margens do rio São Francisco às comunidades tradicionais vazanteiras;
- revitalização do rio com pleno acesso aos seus recursos para os pescadores artesanais que vivem em comunidades tradicionais vazanteiras;
- preservação do cerrado e caatinga por meio do seu reconhecimento como biomas nacionais (PEC 131/2003);

Ilha de Ressaca, Matias Cardoso/MG, 27 de setembro de 2008.



Fonte: Acervo Grupo de Pesquisa:
OPARÁ / MUTUM.

“A Articulação Vazanteira e a Luta pelo Território”

“ Porque para nós, todos os vazanteiros, da região o principal problema nosso aqui é o estado, através do IEF, porque nós ficamos nessas áreas que era que nos resistia e existia que eles pegaram para poder compensar o projeto Jaíba e não quer aceitar que a gente fica nem nos parques e nem nas Apas também, aí cria esse clima, eles não querem que a gente mora e nem continue nessas áreas, porque são como áreas de preservação e aí eles ficam sempre perturbando a agente e tem fazendeiro dentro, é até complicado, porque têm fazendeiros também nessas áreas, depois do ano de 1979 pra cá, eles conseguiram comprar umas terras aí, sem documentos, porque a gente sabe que não tem documento, se são terras da união não tem documento, se a união não vendeu, não tem documento, se eles têm um documento a gente não sabe como foi conseguido esse documento e hoje nós estamos numa situação difícil por isso a gente criou, tivemos que criar a Articulação Vazanteiros em Movimento.

“ Buscamos outras articulações fora e de apoio, e algumas outras entidades como parceiro para poder ajudar a gente para dar força nessa luta nessa região que envolve Vazanteiro, Pescador, Quilombola, e o Índio também. Porque fomos obrigados a criar a Articulação Vazanteiro em Movimento, nós já tivemos o sétimo ou foi oitavo encontro/seminário da Articulação Vazanteiro em Movimento e estamos planejando para esse ano, se Deus quiser, nós vamos fazer no nono ou décimo encontro dos Vazanteiros em Movimento, vamos ver se a agente consegue marcar para Itacarambi. Naquela região onde tiver aquele conflito no momento, você tem que acudir reunir todo mundo”.

“ Essas fazendas que estão dentro do território aqui na APA Sabonetal, a maior APA que tem, que pega de Itacarambi e vai até Pedras de Maria da Cruz, lá em cima da Vila Florentina, produz pasto e banana, agora aqui na vazante, poucas delas que tem pasto, a maioria nem pasto tem, eles criam o gado lá na solta mesmo, nos matos. Só dentro do parque na APA Sabonetal são muitas fazendas e elas têm direito lá em cima, porque lá eles compraram direito, lá é terra firme, eles compraram direitos lá e toda a frente do terreno deles, eles tiraram documentos e disse que são donos dessas áreas que áreas da união, que é onde estão os Vazanteiros, onde tem várias retomadas de terra, são várias fatias, está tudo fatiado o terreno”.

Cícero Ferreira / Comunidade: Ilha da Maria Preta



Oficina – Boletim Informativo

Fonte: Acervo Projeto Brasil Central – Núcleo MG

As fazendas...

“ Nos anos 90, lá não tinha escola, associação nem a comunidade, tinha só pessoal que havia voltado e ficou encurralado na ilha, foi voltando e foi criando, minha mãe foi a primeira presidente da associação, ela que levou e criou a escola. Todo dia os capangas da fazenda estavam lá para nos tirar, a troco de bala, eu era menino e lembro. Uma grande área era da fazenda Catelda e a outra de uma segunda fazenda e no meio dessas duas áreas, tinha uma pequena que era da fazenda Vila Bela, quando minha mãe era presidente da associação, esse pessoal ia ameaçar e metia as armas e falava que era para desocupar que iam passar por cima com trator, iam passar em cima das casas com trator, dos barracos que tinha, porque não tinha casa, era barraco de lona e casa de taipa, ia passar por cima... foi nos anos de 94 a 96”.

Davi Rodrigues / Comunidade: Pau Preto

O parque...

- “ Veio à criação do parque, até então a gente tinha conflitos só com as fazendas, daqui a pouco veio a criação do parque, o governo estadual vai e cria o parque sem consultar as comunidades que tinha, esses parques criados na beira do São Francisco foram criados todos dessa forma. Não consultou ninguém e criou o parque em cima das comunidades, deixou todo mundo encurralado dentro do parque, e os que pode tirar eles tiraram e os que não podiam eles indenizaram, e aqueles que não indenizaram tomaram na marra e criou o parque e pronto. Aí já vem o conflito nosso com parque, aí já vem uma luta bem acirrada de IEF e meio ambiente, eles querendo tirar o pessoal. Eles falavam que era área de parque e que área de parque não pode viver nem um frango, quanto mais gente, não pode ter animais, não pode ter nada, porque é parque integral, não pode ter nada, não pode morar, não pode existir ninguém, só que se for olhar a história, quando eles criaram o parque a gente já estava há muitos anos. E aí? A gente pôs o pé no barranco pra poder dar uma fredda, porque a gente não pode entregar assim também, a gente buscou a pastoral da terra, o CAA, a Unimontes e daí foram surgindo outros apoios que ajudam a gente a buscar conhecimento, informação pra gente poder se defender”
- “ A situação hoje está parada, está na décima sétima vara agrária em Belo Horizonte, chegou à Semad (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) e na assembleia legislativa e parou lá, a gente não sabe em que pé que está. Os fiscais continuam a pressionar”.

Davi Rodrigues
Comunidade: Pau Preto

- “ O território a gente pensa o coletivo. O coletivo é a área para você morar, criar e viver”!

- “ Antes a gente pescava no São Francisco, mais hoje em dia os fazendeiros tomaram conta do rio, temos só a frente, nós não conseguimos chegar ao rio, a demarcação está abrangendo, mas a gente não tem o acesso, porque a beira é dos fazendeiros. Eles dizem que compraram, agora eu não sei onde eles compraram, porque falam que é terra da união, terra da união não dá documento para fazendeiro nem para ninguém, eles (os fazendeiros) falam que compraram e que tem documento e ninguém sabe se compraram ou se entraram com a posse lá. Essa fazenda inclusive, quando a gente morava lá, pegava duas comunidades, era uma fazenda só, mas hoje são três fazendas, porque foi dividido (a terra). Hoje nós estamos lá no meio encurralados nessas fazendas. Encurralados quer dizer imprensados, não tem espaço nenhum, se nós vamos para a direita é fazendeiro, se nós vamos para a esquerda é fazendeiro, então você vive só naquele círculo ali, igual está aqui esta casa, espaço na casa tem, agora nós só podemos usar esse espaço da sala, se pula pra cá é uma fazenda, se pula pra lá é outra fazenda, se pula para o fundo é outra fazenda, tudo lá é assim. Então nós não temos acesso ao rio São Francisco”.

- “ Onde a gente mora, daqui uns dias, estaremos fazendo uma casa em cima da outra”.

João Batista Barbosa
Comunidade: Ilha da Malhadinha



João Batista Barbosa

Fonte: Acervo Projeto Brasil Central – Núcleo MG



Fonte: Acervo Projeto Brasil Central – Núcleo MG

“ Na beira do rio tinha muita casa, o povo trabalhava lá, sobrevivia, eles tinham gado, tinham animal, tinham o porco, tinham tudo lá dentro, já moravam lá, naquele tempo, não tinha energia, não tinha água encanada, nós vivíamos da água do rio, Mas com o passar do tempo entrou fazendeiro, o fazendeiro foi jogando o povo para fora da fazenda, derrubou as casas, disse que foi ele que havia comprado e o povo com medo, foi para Matias Cardoso. Com o tempo eles foram voltando e o fazendeiro deixou que plantasse na vazante, mas o gado do fazendeiro chegou e foi comendo as roças, aí foram fazer as cercas, mas eram bem finas e o gado pulava para as roças e comia tudo. Com certo tempo melhorou, o fazendeiro vendeu a fazenda para o governo e deu para nós plantarmos mais metros do barranco do rio e nós estamos na luta até hoje, porque Pau de Légua é hereditário, é de pai para filho, de filho para filho. Nós estamos na quarta geração, eu acredito que deve estar numa faixa de uns cem anos que nós estamos trabalhando aqui dentro”.

Diocleciano Pereira dos Santos
Comunidade: Pau de Légua

“ A maioria das famílias são pescadores, são vazanteiros, planta e vive da roça, das vazantes, dos lameiros, esperando o rio lavar a terra, para poder plantar, porque não tem condições de fazer irrigação, a gente vive é do rio e da pesca”.

Davi Rodrigues
Comunidade: Pau Preto



Oficina – Boletim Informativo
Fonte: Acervo Projeto Brasil Central – Núcleo MG

“ Os conflitos aqui começaram na década de 1970, de 1964 pra cá, primeiro foi a Rural Minas chegou aqui, dizendo que ia regularizar as áreas, todas as terras da união, do estado, e na verdade eles só vieram passar as terras dos pequenos para os fazendeiros. Naquela época as comunidades não tinham conhecimento do que ia acontecer”.

“ Chegavam vários doutores, a gente achava que era doutor, que era médico e na verdade era um doutor meio grilador, e isso nos trouxe um transtorno enorme. Ai esses fazendeiros chegaram e logo veio a lei de não poder criar a solto, eles colocavam três a quatro fios de arame na cerca e a gente tinha muita criação pequena e essas criações passavam para as áreas deles e eles matavam tudo. Tudo que entrava na área deles, eles matavam. Naquela época, esse território aqui era praticamente um só, a gente criava da barra do rio Verde até Matias Cardoso, o gado da gente vinha, trocava, a gente encontrava os compadres. Quando eles (os fazendeiros) chegaram, mudou tudo. Em 1977 começou um conflito de fazendeiro com fazendeiro e nós ficamos nesse fogo cruzado. Em 1982 veio outro conflito com o estado, que veio com decreto do parque em 1998 e criou o conflito novamente entre nós e os fazendeiros. Não comunicou com ninguém, quando a gente menos esperou, já estava acertado pelo estado novamente com o IEF. O estado comprou a própria área que era da união na mão do fazendeiro, porque nós já estávamos lá novamente, com direito a apropriação da terra”.

“ Em 2008 veio o ITER (Instituto de Terras), fazendo um cadastro que era para a gente desocupar em 60 dias, aí foi onde a gente conseguiu trazer a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e veio a Unimontes, o CAA (Centro de Agricultura Alternativa) para nos dar uma força com os pesquisadores, levantaram as pesquisas, a gente já tinha um conhecimento e pegamos outros conhecimentos e trouxemos essas entidades que tinham conhecimento em pesquisa e começamos a luta. Melhorou em umas partes, mas seguimos no mesmo conflito”.

“ A gente já teve algumas conquistas, mas é bem lenta, aonde a gente tem perdido tantas pessoas queridas que queriam ver todas essas terras tituladas pelas comunidades que é direito que temos como comunidade tradicional, mas estão morrendo e talvez nem eu vou alcançar isso, mas temos esperança e estamos lutando”.

José Alagoano / Comunidade: Pau Preto

“ E em 2010 pra cá, nós começamos com essa Articulação que tem dado muitos resultados, a comunidade de Pau Preto começou a participar em 2010. Essas Articulações têm trazido muitas esperanças, a Articulação Vazanteiros em Movimento, a Articulação Rosalino, que também são povos e comunidades tradicionais e com essas pesquisas, e mesmo assim, a gente tem o conhecimento de que as pesquisas mostram, os pesquisadores vêm nos mostram os resultados e eles encrencam em dizer que nós não temos o direito. Já temos conquistas com os direitos de povos e comunidades tradicionais, já recebemos o certificado”.

Hoje nós temos dois territórios que receberam o certificado de povos e comunidades tradicionais. Temos uma certeza que está andando, através do NIISA, da Unimontes, do CAA, da CPT, que tem nos dado muitas informações, leva as pesquisas, devolve pra gente, a gente tem esse conhecimento”.

Não podemos colocar a energia e nem a água potável na nossa comunidade, uns vinte por cento da comunidade que tem energia, tem a rede, mas sessenta por cento não pode pôr porque o IEF não dá a liberação”.

A gente só sabe dizer que tem muita resistência, a fiscalização é intensa, toda hora estão lá. Nas áreas que a gente costuma a trabalhar a mais de vinte anos, se você cortar um garrancho eles estão tirando foto escondidos e passando para a polícia do meio ambiente fazendo denúncia”.

José Alagoano
Comunidade: Pau Preto

A comunidade foi formada através do seu Jesuíto, morávamos na área, mas não sabíamos que era quilombo, aí ele foi a Brejo dos Crioulos pedir informações e procurou a Pastoral da Terra. Eles nos disseram que para a gente adquirir o território tínhamos que entrar na fazenda e aí que a gente mobilizou com o pessoal da ilha, porque fomos expulsos dessas terras e fomos para a ilha, os fazendeiros nos expulsaram. Então resolvemos entrar na terra, entramos e acampamos na sede, com barracos de lona, foi mais ou menos umas cento e cinco famílias. Com essa entrada foi que damos a oportunidade na posse. Naquela época ocorreu uma audiência em Manga e tivemos uma negociação entre o juiz e o fazendeiro, com vinte e dois hectares, que é onde a gente permanece hoje. Saímos até resolver o problema, mas daí pra cá teve mais conflitos em questão de tirar nós de lá, o fazendeiro perdeu em primeira instância, depois recorreu, aí veio a segunda e ele ganhou a liminar pra tirar, recorremos e eles perderam de novo, daí continuamos lá, já foi policia pra poder prender”.

O território já foi demarcado, o que falta é o governo desapropriar os fazendeiros, porque em questão de documentos, já está tudo organizado. Hoje tem quarenta e cinco famílias morando, já era para poder ter liberado, porque a fazenda hoje é do estado, porque o que está sempre ao redor nosso perturbando é o IEF, que foi negociação do fazendeiro com o estado, até hoje o estado deve o fazendeiro”.

Manoel da Conceição Neto
Comunidade: Quilombo da Lapinha



Oficina – Boletim Informativo
Fonte: Acervo Projeto Brasil Central –
Núcleo MG



Oficina – Boletim Informativo
Fonte: Acervo Projeto Brasil Central –
Núcleo MG

“ Desde o início da construção desse mapa eu estou com muita esperança e confiante. Não é um mapa igual que muitos outros que você vê, porque tem muita gente que não sabe o que aconteceu com a gente aqui no passado, como que se criaram os parques, e depois disseram (o Estado) que criou o parque que não tinha ninguém lá, mas se eles tivessem vindo antes, eles tinham achado gente lá e inclusive só existe o parque e essas áreas de proteção ambiental criada lá, porque já tinha gente lá preservando essas áreas”.

Cícero Ferreira
Comunidade: Ilha da Maria Preta



Genival Nunes

Fonte: Acervo Projeto Brasil Central – Núcleo MG

“ A questão dos empreendimentos é que na década de setenta os nossos meios de sobrevivência aqui foram muito explorados, aonde veio os grandes fazendeiros e a Rural Minas que deu posse e titularizaram eles, onde nós plantávamos e produzíamos principalmente nós mais próximos da lagoa do encantado, já chegamos a viver numa situação que plantávamos e tínhamos que dividir com o fazendeiro, porque eles se alegavam os donos, e a gente não tinha outros meios de reconhecimento. Sofremos muito em relação a isso, mas graças a Deus é que por volta de 2015 fizemos uma retomada lá no acampamento Nova Romana, uma área que pertence ao jornal Diários Associados. Lá é conhecido como fazenda Vila Bela, fizemos essa retomada e estamos lá até hoje. Atualmente estamos ainda nesse processo da retomada, houve uma queda da liminar que nós conseguimos suspender a primeira vez e agora foi derrubada por definitivo, mas ainda continuamos de mãos atadas, porque não temos condições de trabalho, pelo fato de não termos energia, e pela escassez da água que também não dá pra trabalhar”.

Genival Nunes dos Santos
Comunidade: Quilombo da Praia



Oficina – Boletim Informativo

Fonte: Acervo Projeto Brasil Central – Núcleo MG



Oficina – Boletim Informativo

Fonte: Acervo Projeto Brasil Central – Núcleo MG

“ Sobre a questão dos parques, nessa mesma época, uma das grandes mentoras que foi a Rural Minas, com a criação do Projeto Jaíba, que começou lá na década de sessenta e setenta e foi um projeto que não teve uma conjuntura dizendo que tinha que haver reserva de parques, na verdade foi sucumbido o município de Matias Cardoso, mais de 60% fosse passada como reserva por causa do Projeto Jaíba, acabou sobrando para nós, a gente não pode fazer nada, porque estamos à mercê do IEF, do IBAMA e outros órgãos. Nos prejudicou demais”.

“ Antigamente essa própria Rural Minas, pelo fato dela titularizar só os fazendeiros, quem tinha propriedades grandes, quem tinha a propriedade pequena, eles foram circulando e foram mandando gente embora e acabou ficando com tudo, que é o caso nosso, que estamos numa área que nunca pertenceu a eles, mas a gente sabe que eles foram e tomaram uma parte. Eles não fazem nada para nos ajudar, os fazendeiros pensam é em metas, eles tem metas para poder enriquecer, nós temos é metas para poder sobreviver, se criasse uma meta para nós ribeirinhos sobrevivermos, eu seria o homem mais feliz do mundo, mais eles tem meta é para a riqueza. As ameaças são veladas, mas existe até hoje e a gente confia na justiça, tanto que a justiça deu um parecer favorável a nós, confiamos na justiça, pelo menos estão resolvendo”.

Genival Nunes dos Santos
Comunidade: Quilombo da Praia

“ Na comunidade a gente se diverte com o batuque, a gente canta a folia de reis, a gente festeja santo (...) O que nós fazemos, é resistência e união entre todos para a gente continuar a luta”!

Manoel da Conceição Neto
Comunidade: Quilombo da Lapinha



Roda de Batuque. Oficina – Boletim Informativo
Fonte: Acervo Projeto Brasil Central – Núcleo MG

Nossas principais reivindicações:

- Regularização dos Territórios das Comunidades Tradicionais;
- Construção de estradas de acesso às Comunidades;
- Implantação, transmissão e instalação de energia elétrica para todos os moradores das Comunidades pela Companhia de energia local (CEMIG);
- Abastecimento de água potável para todos os moradores das Comunidades pela Companhia de Saneamento local (COPASA);
- Acesso a Educação, com a implantação de Escolas nas Comunidades;
- Acesso a informações em relação aos Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais.



Croqui da Articulação Vazanteiros em Movimento
Fonte: Acervo Projeto Brasil Central – Núcleo Minas Gerais

“Oficinas Nova Cartografia Social”



Fontes: Acervo Projeto Brasil Central – Núcleo MG
Acervo Grupo de Pesquisa: OPARÁ / MUTUM





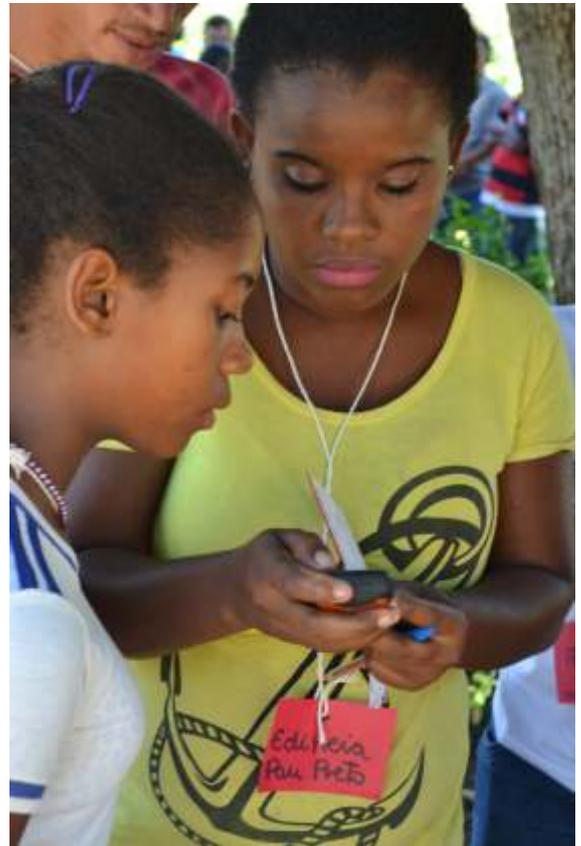
Fonte: Acervo Projeto Brasil Central – Núcleo MG



Fonte: Acervo Projeto Brasil Central – Núcleo MG



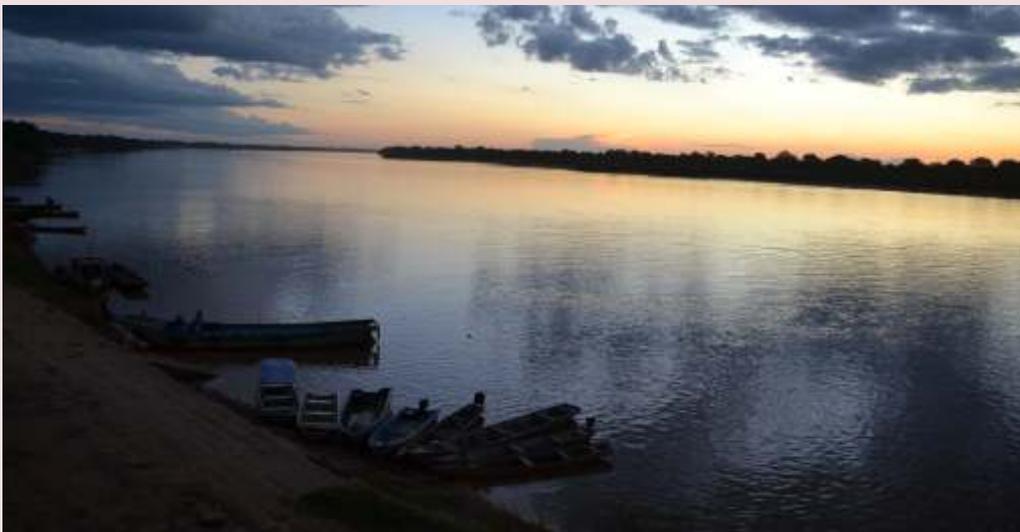
Fonte: Acervo Projeto Brasil Central – Núcleo MG



Fonte: Acervo Projeto Brasil Central – Núcleo MG



Rio São Francisco
Fonte: Acervo Projeto Brasil Central – Núcleo MG



Fonte: Acervo Projeto Brasil Central – Núcleo MG



1. Resistimos para existir: dizemos não à usina nuclear no São Francisco.
2. **Articulação vazanteiros em movimento.**



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO

PPGCSPA

Programa de Pós-Graduação
em Cartografia Social
e Política da Amazônia

PNCSA

Projeto Nova Cartografia
Social da Amazônia

Nova Cartografia Social do Brasil
PROJETO BRASIL
CENTRAL



Unimontes
Universidade Estadual de Montes Claros



PPGDS
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Social



NIISA
Núcleo de Integração e
Interação em Políticas da Amazônia



CAA
CENTRO DE AÇÃO E INTERVENÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
E SOCIEDADES RURAIS
DO CENTRO-OESTE DO BRASIL



UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



FORDFOUNDATION